

## LUSO-AFRICANOS EM PORTUGAL: PORTUGUESES OU IMIGRANTES?

GUSMÃO, NEUSA MARIA MENDES DE

97ST1233

Versão parcial ainda em desenvolvimento. Pede-se não reproduzir ou citar. A reflexão(1) que aqui se coloca tem por meta problematizar e conhecer como se vêem e são vistos os africanos provenientes de antigas colônias portuguesas na África que emigraram para Portugal. Um expressivo contingente que, falando a mesma língua, partilhando elementos culturais comuns, não ostentam o mesmo biotipo - são assim, portugueses, porém diferentes de outros portugueses e, hoje, configuram, certamente, um dos desafios mais prementes do Estado português frente à realidade do seu povo. A imigração portuguesa é assim, portadora de muitas faces e se a face de Portugal como país de emigração é bastante conhecida e estudada, o mesmo não se pode dizer com respeito à condição de Portugal como país de acolhimento ou país receptor de grupos imigrantes, em particular, de negros africanos que para aí migram, já nos anos 60 do presente século. A condição de Portugal como país de imigração ocorre não só por fatores macro-estruturais próprios de um contexto de globalização e de transformação social de ordem mundial, mas também de caráter local e regional. As terras lusitanas tornam-se, assim, entre outras coisas, porta de entrada ao mundo europeu. O regresso de portugueses que viviam no exterior - os retornados - coloca problemas relativos à reintegração no contexto de origem e seu número tem aumentado muito desde os anos 80. Para Tinhorão (1988) cerca de meio milhão de emigrantes, e o total acumulado de regressos dos emigrantes portugueses, dos países da CEE, no período de 1955-1990, seria em 1990 da ordem de 900 mil (p. 226).

Dos números conhecidos e das expectativas projetadas, resulta em Portugal a emergência de políticas de apoio à reintegração dos imigrantes, entre as quais daqueles que, tendo nacionalidade portuguesa, são nascidos em solo africano e/ou filhos de funcionários coloniais portugueses nas antigas colônias. Se as estatísticas de portugueses emigrados são inexatas, pode-se dizer que para o caso de africanos-portugueses que imigram para Portugal mais difícil se torna a informação. A condição de clandestinos, principalmente entre os imigrantes mais recentes - entre 80/90 -, torna-os parte do contingente de regressados invisíveis, que junto aos imigrantes regulares constituem uma realidade não inteiramente dimensionada, seja em razão de seus problemas, seja naquilo que representam no tempo presente do mundo português.

Face a uma realidade como esta e, principalmente, em razão da intensificação do fluxo migratório de motivação econômica dos anos 80, dirigido a Portugal, é que Machado (1994) afirma que Portugal, sem ter deixado de ser um país de emigração, tornou-se também país de imigração. Cabe ainda dizer, com base nesse mesmo autor, que a designação imigrantes não cobre a diversidade de formas dessas muitas presenças em solo português, além de outras razões, porque parte significativa desse contingente tem nacionalidade portuguesa. É neste espaço que se insere a questão do africano português ou dos luso-africanos.

### A imigração africana para Portugal: a diferença em questão

O caso dos africanos em Portugal ocorre desde os movimentos iniciais da colonização, no início do século XV, ainda que na condição de escravos. Um resumo sucinto da obra de Tinhorão revela que a presença de negros africanos em Portugal foi consequência social da política expansionista e fruto dos processos de crescimento econômico, o que resultou no crescimento da área urbana da cidade-porto de Lisboa. Resultou também do fortalecimento de um poder central e da formação de uma crescente burguesia.

A condição dessa presença faz parte de um regime de escravidão imposto aos vencidos em guerras, tal como a de Ceuta, e por ação do comércio e da pirataria, que Portugal conhecia desde as suas origens. No século XIV havia postos de vendas de escravos nas ruas de Lisboa e também já existia o tráfico. Muitos escravos de pele escura, como se dizia então, entram em Portugal em troca de prisioneiros mouros. Os negros, enquanto trabalhadores escravos em Portugal, serão elementos importantíssimos na política de expansão do além-mar.

No entanto, diz Tinhorão, é difícil determinar o número de escravos entrados em Portugal desde o início do século XV, dado que os portugueses empregavam o termo negro para todos os tipos raciais de pele morena (id., *ibid.*, p.17) com quem se relacionavam, incluindo aí os mouros e todos os não cristãos. Há registros de alforrias no início de 1500, apontando para a identidade do escravo - não apenas como preto, mas como escravo preto nascido em Portugal (idem, p.77). Pode-se dizer, portanto, que já em 1500, Portugal não só contava com a presença de africanos, mas também de africanos portugueses, mais tarde chamados de luso-africanos.

Muitos dados apontam que, em 1500, negros da África em Portugal seriam pelo menos umas 140.000 cabeças humanas, possivelmente acima de 150.000 (idem, p. 79). Do século XV à segunda metade do século XVII, o trabalho escravo na agricultura em Portugal se solidificou até entrar em declínio no século XVIII, quando o trabalho escravo se tornou mais produtivo na exploração do ouro brasileiro em Minas Gerais, ocorrendo, então, o desvio dessa mão-de-obra para o Brasil.

Na segunda metade do século XIX, Portugal empenhava-se em se livrar dos excedentes de mão-de-obra através do degredo para as colônias africanas de pequenos infratores. Entre eles, diz Tinhorão, figurariam muitos dos agora indesejados negros e mestiços componentes das camadas mais baixas (idem, p. 311). Isto não impede que, já no advento do século XX, principalmente no teatro e nos demais campos das artes, tenha havido indícios da presença de negros na sociedade portuguesa, principalmente em Lisboa (idem, p. 315).

Na segunda década de 1900, os redutos de população negra em Lisboa apresentavam características culturais herdadas do século XIX e significativo, diz Tinhorão, é o fato de que o serviço de estatística populacional de Lisboa, no recenseamento de 1921, incluía perguntas sobre composição étnica, o que demonstrava claramente o peso da participação da gente de cor preta na cidade (idem, p. 322).

Após a descolonização, nos anos 50/60, aumentam os fluxos de africanos para Portugal já como parte dos processos migratórios e com isso, ganha maior visibilidade a figura do imigrante africano. Machado (op. cit.) afirma que um fluxo se dá nos anos 60, quando cabo-verdianos e outras minorias africanas chegam, também, entre os anos de 1974 e 1975. Na sua maioria originam-se do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - ex-colônias. Somente após os anos 80, africanos de outra origem, não portuguesa, chegam ao país. Ainda assim, pode-se afirmar que, em Lisboa, a comunidade africana é numerosa desde o século XVI, embora o fato nem sempre seja lembrado. Segundo Tinhorão, trata-se de uma presença silenciosa.

Machado aponta ainda para dados oficiais recentes - dezembro de 90 -, que dizem ser a comunidade africana, independente de origem, composta por 40.000 indivíduos. No entanto, estima-se muito mais, cerca de 300.000 - não confirmados - em função da situação irregular no país. Aqui tem-se a invisibilidade da presença africana em Portugal, mas pode-se perceber também sua importância e significado.

Ainda segundo Machado, há de 3 a 5 dezenas de milhares de luso-africanos em Portugal, considerados entre os núcleos mais antigos de luso-africanos e seus descendentes nascidos e fixados em Portugal - os novos luso-africanos. Da mesma forma, Fernando Ká, no jornal *O Mundo Português* (07/03/96), afirma que ao final de 1995, havia 79.231 africanos oriundos de 45 países africanos e com residência legal em Portugal. Deste total, 75.316 são naturais do PALOP - Cabo Verde, Angola, Guiné, Moçambique e São Tomé.

Em 1996, após mais um processo de regularização da presença estrangeira em Portugal, percebeu-se que, num período de dez anos (1986/1996), houve um crescimento de 130% de estrangeiros e, segundo Machado (1997), entre estes, 70% são do PALOP, o que faz com que os africanos legais sejam, só eles, mais da metade da população estrangeira. Machado alerta ainda que, mesmo com o processo acima citado, não se sabe quantos imigrantes ilegais ficaram por recensar. Estes dados marcam a posição singular de Portugal no contexto da União Européia - UE(2) -, como país cujo peso relativo da imigração africana é maior.

O problema maior, no entanto, é que muitos desses africanos não se podem considerar a si próprios imigrantes, e o que os distingue dos imigrantes propriamente ditos, diz Machado (1994), é a expressão luso-africanos, que faz deles sujeitos de identidade híbrida, de dupla referência cultural (op. cit., p. 2) - africanos e portugueses a um só tempo. Ainda assim, no discurso público e na agenda política de Portugal, a partir dos anos 90, segundo Machado, é a categoria imigrantes de uso corrente para designar a presença africana em solo português.

Bastante evidente é que a presença africana em Portugal do passado teve por destino principal a região de Lisboa e a emergência de seu pólo urbano através dos séculos XV ao XIX. Outras regiões contaram com mão-de-obra escrava, mas será a condição de porto fundamental para que se tenha em Lisboa a maior concentração de população africana. Hoje a presença africana continua a ter como centro a região de Lisboa.

A posição da região lisboeta não se dá por acaso. Lisboa é a capital do país, concentra uma variedade grande de recursos e, assim, se distancia de outras regiões. Como metrópole, centraliza os mecanismos de processo de integração europeia e, ao mesmo tempo, atua como pólo mediador entre a periferia subdesenvolvida e o mundo desenvolvido, quer seja ele interno ou externo. Por essa condição é também um universo denso e complexo, com muitos problemas próprios de grandes metrópoles. Lisboa é palco de muitos conflitos, reivindicações e lutas que dizem respeito à questão dos direitos e da cidadania.

A zona periférica da cidade de Lisboa abriga, hoje, os chamados bairros degradados, muitos dos quais, clandestinos e que, por isso mesmo, não contam com infra-estrutura adequada, com atendimento de serviços básicos de água, luz, esgoto. As moradias também degradadas, com pequena dimensão e alta densidade de habitantes, revelam não só a carência generalizada dos que aí vivem, mas a exclusão social de que são vítimas. Diante do que se considera normal ao estilo de vida urbano, como diz Correia (1992), vivem eles, os imigrantes africanos, um isolamento e guetização que também estão refletidos no mundo do trabalho.

Lisboa, com suas freguesias, é, portanto, um espaço de alta concentração de moradia e de trabalho de luso-africanos e deverá continuar sendo, posto que sua modernização pressupõe grandes obras para a área metropolitana e o setor de construção civil é aquele que mais emprega imigrantes de origem africana. A condição muitas vezes de clandestinos, segundo Correia, faz com que os africanos sejam explorados de forma ilegal pelos empresários da construção civil, como trabalhadores não declarados, sem vínculos, trabalhando por contratos a prazo, em subemprego, etc... Instaura-se aí, diferenças internas ao próprio grupo de imigrantes, conforme sejam legais ou não, possuam qualificação ou não, tenham maior ou menor nível de escolarização, mas, de qualquer forma, são todos sujeitos a uma sub-condição no interior da sociedade portuguesa. Assim, as desigualdades sociais e as diferenças culturais entre grupos de origens diversas e entre estes e os naturais - portugueses de Portugal - parecem ser, no presente, a base de episódios violentos na região de Lisboa, o que põe em debate a questão das diferenças.

## 2. Identidade, cultura e etnicidade

As diferenças se revelam no grande número de famílias retornadas, não-brancas, em Portugal, que constitui hoje uma realidade ainda por se conhecer, não apenas porque muitas delas não se consideram imigrantes, mas também em razão de sua composição social e pelo modo como estão inseridas na sociedade portuguesa. A compreensão dos parâmetros históricos e os trajetos pessoais e de grupo que originam a condição social dos luso-africanos mostram a condição híbrida de que são portadores. Ao mesmo tempo, asseguram semelhanças frente ao cotidiano das famílias portuguesas e expressam diferenças que sugerem a existência de relações diversas ao mesmo tempo que afinidades comuns, com portugueses e com outros africanos.

Neste sentido, entram em jogo processos constitutivos da identidade que se expressam através de práticas diárias e representações que fazem de si mesmos e do outro, tanto quanto estes também o fazem com relação a eles. Em meio a questões próprias da condição de ser estrangeiro e não ser, coloca-se ainda, como parte do processo, a condição de classe, permeada pela condição étnica. Como se expressam esses elementos no âmbito da cultura, educação, família, trabalho? Como se estrutura a identidade no caso de populações translocalizadas? Como é sentir-se parte e ao mesmo tempo não ser, de um universo diferente do de origem, porém que se apresenta com inúmeros elementos de semelhança?

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) afirma que é no jogo das semelhanças e diferenças entre as alternativas do local existentes no campo, que se constrói a identidade. O que seriam essas alternativas? Sem dúvida, elementos do cotidiano propiciadores de mecanismos e estratégias que tornam a vida possível. Seriam parte

de uma razão prática, no dizer de Carneiro da Cunha, mas que se realizam também como parte de uma condição simbólica e significativa.

Assim, a perspectiva do cotidiano, onde operam diferentes códigos e a perspectiva de inserção social numa sociedade de acolhimento, regem processos de desfazimento do eu tanto quanto do nós coletivo. Pode-se então supor existir entre a sociedade da que se parte e a sociedade que acolhe, um vazio cujo conteúdo resulta das trajetórias históricas vividas, não apenas por seus determinantes sociais e econômicos, mas também em função de um universo simbólico que informa a compreensão do mundo. Trata-se de uma bagagem cultural que se reordena em razão da vida cotidiana e simbólica, preenchendo o vazio em busca de novas identidades.

No cotidiano e em sua prática está em questão ser luso-africano em Portugal. Trata-se pois de não ser mais português, ou mais africano e estrangeiro em Portugal, mas ambas as coisas. No caso de portuguesas imigrantes no Brasil de hoje, Mendes (1994:9) afirma que estas mulheres pressentem que assim como não são brasileiras, não são mais inteiramente portuguesas. Por outro lado, Machado (op. cit.) afirma que os luso-africanos mais antigos, tidos como retornados não-brancos, que num contexto de mudança social e política (a descolonização) em larga escala, optam por vir para Portugal, possuem ascendentes portugueses - pais ou avós - ou, foram funcionários de administrações coloniais, obtendo assim a nacionalidade portuguesa. São pois, africanos-portugueses, tal como seus filhos - os novos luso-africanos - nascidos em Portugal. Mas, pais e filhos pressentem aí não serem inteiramente portugueses, como também não são mais simplesmente africanos, e esta é uma questão que envolve não apenas a vida cotidiana desses grupos, mas as políticas do Estado Português frente ao mundo português e, dentro dele, o imigrante. Em questão, o momento histórico de constituição da UE.

A UE tem por meta uma homogeneização dos países-membros, no sentido de metas comuns e mecanismos reguladores do mercado e, neste sentido, exige que cada país coloque em ação normas e regras de controle social e econômico, entre elas, algumas mais restritivas à presença estrangeira. Neste sentido, a política da UE, como diz Valente (1997), toma por base um sistema marcado pela contradição ou por um movimento paradoxal que se realiza em dois momentos simultâneos: de um lado, (...) pressupõe o desenvolvimento de um certo nível de homogeneidade a ser constituída entre os Estados-membros; de outro, a reivindicação da diferença ou de identidades específicas que se contrapõe e que reage à homogeneização (p. 01). É assim que Portugal quer ser europeu sendo português, o que significa ter presente uma diferença com o mundo europeu e inscrita na história das relações com o mundo colonial fora da Europa.

É por este prisma que ao discutir as raízes do fado, Machado Pais (1996:3) fala de uma identidade luso-afro-brasileira, uma identidade compósita, não independente uma das outras, mas parte de construções simbólicas imbricadas. Supõe, assim, ordenação e continuidade entre tradições e experiências singulares dos sujeitos e grupos sociais específicos. Não se trata, diz o autor, de identidades fundidas, fusionadas, senão de um processo de interação com outros, de tráfegos simbólicos determinantes na constituição das identidades. Trata-se da identidade como jogo de espelhos, dessa identidade de mirar-se no espelho, o que vê é a imagem alheia que lhe é tão essencial por definição de sua própria imagem ou identidade. Dentro desse processo, o imigrante africano de língua portuguesa, com nacionalidade ou naturalidade portuguesa, pensa também ser português, ainda que diferente.

Nesse embate, a cultura opera através de um jogo em que semelhanças e diferenças historicamente constituídas, reais e/ou imaginárias, possibilitam construir e desconstruir a identidade própria. O processo de construção/desconstrução de novas identidades ocorre frente a contextos em que há confrontação e negociação de identidades já constituídas, como diz Boaventura de Souza Santos (1995), apontando os seguintes fatos:

- nenhuma cultura é autocontida em seus limites ou com os do Estado (neste caso, Portugal/Brasil/África, este em suas muitas versões: Cabo Verde, Moçambique, Angola e outros);

- nenhuma cultura é indiscriminadamente aberta, senão que tem aberturas específicas, prolongamentos, interpenetrações, interviagens próprias;

- a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos, compreensíveis apenas na trajetória histórica dos grupos e da posição desses grupos no sistema mundial.

Assim, continua o autor, a cultura portuguesa não se esgota nos portugueses e, vice-versa, a cultura dos portugueses não se esgota na cultura portuguesa. Mais que isso, as aberturas específicas da cultura portuguesa são, por um lado a Europa e, por outro, o Brasil e, até certo ponto, a África (p. 148).

Desde sempre, revela-se aqui, que a identidade portuguesa e a identidade da cultura portuguesa possuem muitos pontos de contato entre elas e as identidades culturais dos povos brasileiros e africanos que com elas conviveram por séculos. Desde o século XVIII os portugueses, além de colonizadores, foram imigrantes em suas próprias colônias, como afirma Machado (op. cit.). Por outro lado, segundo Tinhorão (op. cit.), negros africanos têm sua presença registrada em Portugal, desde o início do século XV como escravos; mas será na segunda metade do século XX, a partir dos anos 60, que a presença africana em Portugal se fará, mais intensamente, na condição de imigrante e em nome de uma nacionalidade de português africano.

Nos dois casos de um lusitanismo atlântico, em que Portugal - Brasil - África se encontram, ocorrem especificidades históricas próprias de um campo de confrontação e de uma realidade de fronteira, não de frontier, como diz Boaventura de Souza Santos, mas de border. Isto significa a existência de uma realidade híbrida entre povos diferentes, com modos de vida diferentes, porém com pontos de contato e de semelhanças que muitas vezes tomam a forma ideal do outro como igual para descobrir na prática suas diferenças.

É aqui que se questiona a dimensão de velhos e novos processos de recontextualização e particularização das identidades e práticas sociais assentadas no campo étnico e na ação coletiva. Em jogo, na condição de povos translocalizados, novos e velhos direitos às raízes, à memória, à identidade.

Em questão, como diz Garcia (1996), a concepção da cultura como processo que, indo além das aparências, busca por trás delas as causas mais reais dos fenômenos sociais e políticos, de acordo com uma hierarquia de níveis - economia, sociedade e cultura. No entanto, não se pretende aqui deixar de considerar o espaço das subjetividades em que ação e representação se fazem presentes e possibilitam recuperar as dinâmicas das relações sociais e o caráter simbólico que se concretiza nos modos como se inserem em campos da prática. Desse modo, a cultura é sempre processo, em constante reatualização. Todo e qualquer ato dos sujeitos de ações significantes corresponde à dinamização do universo cultural: reposição, reelaboração ou alteração dos sentidos existentes (op. cit.: 164).

Compreende-se assim, que as emergências identitárias correspondem a uma problemática cultural no campo das relações político-sociais de múltiplas falas e que resultam, não apenas em processos comunicativos, mas à divergência de perspectivas dos vários grupos sociais que vivem condições desiguais de existência (id., ibidem).

Na desigualdade das condições vividas, relações assimétricas de dominação e subordinação, segundo Batalla, citado por Gusmão (1996), configuram um campo de tensão e de mudança. Nesse campo, cria-se e recria-se a cultura popular, reforçando seus âmbitos próprios, reiterando ciclicamente atos coletivos que são uma maneira de expressar e renovar a identidade própria. É assim que todo um conjunto de valores culturais, como diz Ianni, entram em linha de conta, como componentes de um modo de ser e de viver (1985).

Nesse contexto, ser africano em Portugal, parece resultar na construção de uma identidade referida a contextos étnicos singulares e historicamente constituídos, revelando-se enquanto etnicidade e, esta, como situação onde segmentos sociais diversos se confrontam. Trata-se ainda de um processo inicial, no dizer de Machado, mas já equidistante de um grau zero de politização que predominou até os anos 90 entre os sujeitos imigrantes.

Com isso, pode-se afirmar que a etnicidade diz respeito às categorias de construção do nós em confronto com o outro e constitui-se como forma política instituída por um grupo face a outros grupos, neste caso, portugueses e africanos em Portugal. Intercruzam-se, nesse processo, a realidade política a que os grupos encontram-se inseridos, a cultura mais geral e o modo como ela opera no grupo.

É neste sentido que não se pode deixar de considerar que o movimento de descolonização da África portuguesa (Luanda, Angola, Guiné, Moçambique) exigiu de Portugal abrir-se para o capital estrangeiro, contrair empréstimos e promover a industrialização. Ao mesmo tempo, Portugal enfrentou um processo interno de transição, que culminou com a crise revolucionária de 74/75, com a Revolução de 25 de Abril e a instauração da democracia, visando, entre outras coisas, acabar com a guerra da África (sobretudo em Angola).

O contragolpe em Portugal trouxe de volta exilados políticos, emigrantes das ex-colônias no Brasil e na África, impulsionados pelos problemas políticos e econômicos de seus países de origem. Neste momento, segundo Lobo, surgem os conflitos interétnicos em Portugal, envolvendo brasileiros e africanos frente ao português e europeu, mas também entre brasileiros e africanos. A questão é que se a motivação para emigrar à Portugal - língua, cultura, trabalho - une a ambos, a composição profissional dos brasileiros mais próxima aos padrões europeus (conformação educacional, técnica e científica) os separa dos imigrantes africanos. Na competitividade posta pelo mercado de trabalho, isto acaba por gerar conflitos, mostrando aí, a importância das diferenças.

No período imediato ao 25 de Abril de 1974, um certo número de famílias africanas provenientes das ex-colônias, acompanham o movimento de retorno dos portugueses que aí residiam e passam a engrossar o contingente de população africana que já tinha chegado a Portugal, procedente de Cabo Verde na década de 60. Todos eles se engajam no trabalho de construção civil e obras públicas que está em crescimento. De 70 a 80, têm-se a emigração da África portuguesa, constituída por profissionais liberais, mão-de-obra especializada que foge ao desemprego e dos riscos de conflitos, aparentemente intermináveis e da perseguição política (Lobo, op. cit., p. 257). Portugal e Brasil serão os pólos acolhedores dessa população de africanos-portugueses que emigram. O que vale dizer que também a presença africana-portuguesa ou de luso-africanos no Brasil é pouco conhecida.

A independência das colônias africanas de Angola, Moçambique e Guiné, leva a que se busque alternativas visando oportunidades no mercado comum europeu e, assim, em 80, o fluxo imigratório de africanos aumenta consideravelmente e, segundo Machado, se para os primeiros imigrantes a motivação foi a própria descolonização, para estes a motivação será típica dos fenômenos migratórios, de natureza essencialmente econômica, o que torna mais significativo as diferenças entre os imigrantes de países de língua portuguesa.

Entre 1986 e 1991, Portugal restabelece relações diplomáticas com as ex-colônias da África e apesar da crescente integração à então Comunidade Européia, da perda das colônias, mantém um relacionamento especial com o Brasil e a África. A razão é a transformação da ordem política, a modernização e a reorientação da política exterior lusa, acarretadora, diz Lobo, de mudanças na emigração, com alguma tendência a reorientar-se para a Europa dada a integração ao mercado comum com possibilidades de ascensão social.

No processo da revolução, portanto, têm-se a pretensão de tornar Portugal um país avançado, que o torna atrativo enquanto possibilidade de tornar-se um país central. Portugal tem hoje uma das taxas mais baixas de desemprego da Europa, mas também, segundo Santos, uma das mais degradadas, já que privilegiou a quantidade de emprego em detrimento de sua qualidade. Entre a utopia e a realidade, instaurou-se grandes discrepâncias que posteriormente marcam as condições de vida, tanto de portugueses, quanto de africanos-portugueses emigrados das antigas colônias.

### 3. Portugal de hoje: realidade dividida

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos, em sua recente obra *Pela Mão de Alice*, traça um quadro realista de Portugal e de sua cultura, mostrando como as contradições dominam não só a história portuguesa, como principalmente as imagens que seu povo e os outros que entram em contato com o país fazem do mesmo. Embora européia, é uma nação bastante desconhecida, com um povo aberto, mas que desde o século XVII entrou em um longo período de estagnação e obscurantismo cultural, acabando por dominar a crítica da razão geradora dos mitos e esquecimentos (Santos, 1995, p. 54).

Esse autor, fazendo uma análise profunda da sociedade portuguesa, salienta que é muito heterogênea, devido ao tipo e historicidade do seu nível de desenvolvimento intermédio, caracterizando-se por articulações

complexas entre práticas sociais e universos simbólicos discrepantes, que permitem a construção social, tanto de representações do centro, como da periferia. Na base de seu desenvolvimento, está o fato de Portugal ter sido, por séculos, ao mesmo tempo o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa, fato esse que se tornou o elemento estruturante básico de sua existência coletiva. O traço fundamental da heterogeneidade traduz-se tanto em representações sociais discrepantes - que vêem o português como o polvo, como dotado de capacidade de adaptação a todas as coisas, como essencialmente cosmopolita -, como no tipo de economia predominante, com uma elevada participação da população nas atividades primárias, típicas de terceiro mundo que constituem a realidade de suas ex-colônias hoje.

Santos enfatiza que a coexistência, em muitos níveis, da modernidade, da pré-modernidade e da pós-modernidade na sociedade portuguesa é talvez o fator mais determinante de sua especificidade e que está demandando uma análise sociológica cuidadosa, principalmente considerando o momento presente, em que passam por um novo processo de desterritorialização, desta vez no sentido inverso do passado, na direção do continente (id., *ibid.*, p. 65ss.) e, portanto, à comunidade europeia. Avançando ainda mais na sua análise, Santos levanta a hipótese de que a cultura portuguesa não tem conteúdo, possuindo apenas forma, sendo essa forma a fronteira ou zona fronteira. Em Portugal, de acordo com esse autor, o Estado nunca desempenhou o papel que tem normalmente de promover a homogeneidade cultural interna, procurando distinguir a cultura nacional face ao exterior. Assim, o resultado foi um déficit de identidade pela homogeneidade (p. 151), no que se refere ao espaço nacional, pois há grande riqueza em nível local e transnacional. Durante os séculos em que foi Metrópole, Portugal, em termos simbólicos, estava demasiado próximo de suas colônias para ser plenamente europeu e, perante estas, estava demasiado longe da Europa para poder ser um colonizador consequente (p. 152). É por isso que Santos conclui que este déficit de diferenciação e de identificação se, por um lado, criou um vazio substantivo, por outro, consolidou uma forma cultural muito específica, a fronteira ou zona fronteira (p. 152), fazendo com que os portugueses, no decorrer de sua história, tenham sido tanto o europeu como o selvagem - especialmente na visão dos outros europeus -, tanto o colonizador, como o imigrante. Disso decorrem outros traços da cultura portuguesa, o cosmopolitismo e seu outro lado, o acentrismo, caracterizado pela multiplicação infinita dos localismos.

Dessa hipótese deriva outra que Santos assim expressa: esta forma cultural tem igualmente vigência, ainda que de modo muito diferenciado, no Brasil, e de modo mais remoto, nos países africanos de língua oficial portuguesa. Considera que o Brasil e os países africanos nunca foram colônias plenas, no sentido de que Portugal funcionava como passagem de acesso às culturas centrais, como aconteceu com as elites culturais do Brasil a partir do século XVIII e com as africanas, sobretudo no século atual. O que se iniciou por um ato de imposição violenta por parte de Portugal, com o tempo passou a se afirmar mais pela omissão ou ausência do que por uma ação cultural efetiva, em suma, por um acto de força feito de fraqueza (p. 154).

Na visão de Santos, atualmente o Estado português tem tentado promover uma espaço-temporalidade cultural nacional homogênea, através de política cultural e propaganda, procurando disseminar a concepção de que Portugal é um país europeu no mesmo nível que os demais, o que teve como consequência a criação de barreiras para a imigração para Portugal em relação a brasileiros e africanos. Tornando ainda mais complexo o conhecimento da realidade atual, não se pode deixar de considerar a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, hoje União Europeia, que, se de um lado abriu perspectivas promissoras para esse país, de outro, colocou exigências de diversas ordens a que muitos portugueses não querem atender, dadas as transformações profundas que irão acarretar na economia e em tradições preservadas secularmente. Se por um lado Portugal está prestes a concretizar o antigo desejo de ser reconhecido como país europeu por seus pares, por outro enfrenta muitas contradições decorrentes de seu passado histórico e do contexto híbrido de sua realidade intermédia, que marca a sua especificidade.

Entre estas, pode-se considerar o fato de que Portugal reafirma constantemente o desejo de um relacionamento privilegiado (...) com suas antigas colônias, bem como uma conceitação alargada e multilateral entre o conjunto dos sete países lusófonos e que, tende a ser reforçada, segundo Machado (1997), com a constituição de 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disto decorre dois fatos: um paralelismo positivo quanto à imigração oriunda desses países - entre eles, os africanos do PALOP e a posição de Portugal frente às propostas homogeneizantes da UE. Não estaria aqui a expressão maior do conflito apontado por Valente entre a homogeneidade dos Estados-membros e a reivindicação das diferenças ou de identidades específicas, por parte do próprio Estado português, que, assim, acena com a possibilidade de uma

certa independência? Como então situar as diferenças internas neste contexto e em face aos próprios imigrantes?

O tempo presente é o de ser igual e ser diferente - ser parte do universo europeu e continuar a ser uma realidade de border (cf. Santos), transitando entre realidades diversas, o primeiro e o terceiro mundo, de modo a contar com parceiros alternativos. A realidade de Portugal, portanto, aponta para dois blocos de composições diferentes. No caso da UE, pretende-se a eliminação de barreiras de diferentes tipos - alfandegária, econômica, monetária, política, etc... - estabelecendo um mercado comum e uma comunidade de interesses comuns, que exige pautar-se pelas mesmas regras. No entanto, Portugal estrutura-se por esse caminho, mas também por regras próprias a outro bloco - os países de língua portuguesa. Aqui parece situar a ambigüidade de ser e não ser da constituição de polvo da cultura portuguesa, lembrada por Santos, ao mesmo tempo que o fortalecimento da língua passa a representar a possibilidade de uma força capaz de confrontar-se com outros povos - inclusive europeus - num mundo em mudança.

E, se a UE apresenta, no processo de sua constituição, contradições que se expressam no tocante às barreiras culturais aos que não possuem por origem e afiliação vínculo com o grupo comum europeu, fica evidenciada a fragilidade da homogeneização e as razões pelas quais é tão presente na Europa de hoje, e também em Portugal, as manifestações de discriminação, racismo e xenofobia, como bem coloca Valente. E isto está posto no interior da sociedade portuguesa para retornados, estrangeiros em geral, bem como para africanos e luso-africanos. De igual modo, para portugueses na Europa, como um todo.

Esse é um dos aspectos em que se insere a relação da presença imigrante no mundo europeu e, em particular, dos africanos em Portugal. Por toda década de 80 e 90, no que diz respeito ao conjunto dos países da UE, houve um incremento da população estrangeira por toda a Europa e dela fazem parte os chamados povos do terceiro mundo, que migram no sentido Leste-Oeste (ex-bloco comunista) e Sul-Norte (África, América do Sul e Ásia). Disso resulta a transformação de Portugal em país de imigração ou acolhimento. Mas Portugal é também contexto de uma imigração de passagem para outros países europeus, como também é base para a emigração do seu próprio povo. Assim, a categoria migrante-imigrante se multiplica em significados diversos conforme não só a origem de quem migra, mas das motivações de projetos migratórios.

A Península Ibérica é, portanto, a porta de entrada de diferentes fluxos migratórios para a Europa comunitária, mesmo entre africanos de língua portuguesa, muitos dos quais, atraídos pela possibilidade econômica de outros países, chegam a Portugal, pensando em uma estadia breve, mas, pelas contingências bastante comuns aos processos migratórios, acabam por fazer da condição provisória uma realidade definitiva. Talvez resida aqui um dos nexos que constituem a presença clandestina e que levou Portugal a realizar dois processos de regularização de imigrantes, só nos anos 90.

A diversidade de situações entre imigrantes tem por contingência múltiplos fatores, muito além da origem étnica e de nacionalidade. A diversidade considera os migrantes antigos e os novos; os legais e os clandestinos; os brancos e os negros; de nível profissional ou não; escolarizados ou sem escolarização. Tudo isso criando entre os próprios imigrantes outras diferenciações e diversas formas de inserção social na sociedade portuguesa.

É neste sentido que cabo-verdianos são mais numerosos, mais organizados e mais visíveis entre outros imigrantes. Guineenses possuem nível de instrução elevado - muitos de nível técnico e científico. Santomenses, moçambicanos, angolenses e outros trazem também as marcas de suas histórias singulares e todos demonstram a impossibilidade de se falar genericamente de imigrantes e, em particular, imigrantes africanos.

Na realidade dividida do mundo português, e ainda numa aproximação inicial da problemática, coloca-se aqui apenas alguns pontos nodais e comuns aos imigrantes do PALOP para reflexão.

Um primeiro ponto é o fato de Portugal na rota imigracionista dos países lusófonos, em especial a África, ser, como diz Machado

(op. cit.), um nicho dos imigrantes do PALOP, estabelecendo um caráter quase doméstico ou caseiro, tudo se passando entre uma mesma família internacional de países (p. 39), ou seja, países-irmãos. Esta situação que contrasta com outros países da Europa, parece sugerir a existência de um contexto comum, partilhado por imigrantes lusófonos e nacionais. Até que ponto isto é real? Falar a mesma língua e, até certo ponto, partilhar



uma história e uma cultura com elementos comuns, garante que se esteja entre iguais? O que explica que nascidos em Portugal de pais africanos com nacionalidade portuguesa sejam considerados imigrantes, quando eles próprios se vêem como luso-africanos?

Um segundo ponto é que as diferenças de formação profissional e educacional do imigrante africano, e de seus descendentes, coloca-o em condição negativa no mercado de trabalho. Desta forma, é de se esperar que haja dificuldades para estabelecer relações de cooperação e de associação entre os próprios imigrantes, o que os fragiliza frente ao sistema e ao Estado-Nação. Decorre daí a ocupação desigual dos espaços físicos e do espaço social no país de acolhimento que incide nas possibilidades de, como grupo, reivindicarem direitos, entre os quais, a própria diferença étnica, que os faz serem africanos e portugueses a um só tempo. Do mesmo modo, tornam-se social e politicamente estigmatizados pelos nacionais em termos do que são, do que acreditam que são e do que efetivamente representam.

Um terceiro aspecto, em extensão aos demais, diz respeito também aos migrantes de passagem que acabam por consolidar a permanência em Portugal em condições bastante precárias. Junto aos demais e pelo universo de suas vivências que se supõe tenham conseqüências profundas e marquem as formas de representação e de identidade desses sujeitos, de modo a dificultar a superação de diversos limites pela geração seguinte - a dos novos luso-africanos -, nascida em Portugal.

Finalmente, segundo Machado, há um fator significativo, de ordem política, que é o fato de que sem qualquer orientação em termos de uma política de imigração, até pouco tempo, Portugal ,hoje, busca controlar as entradas de estrangeiros não-europeus, entre eles, os africanos, embora afirme a preferência por imigrantes de países lusófonos. Qual o dimensionamento desse privilégio e suas conseqüências frente à política geral da UE e frente à afirmação de um mundo português transnacional?

Todas as perguntas revelam as muitas faces da imigração, mas também, a natureza das relações entre os imigrantes e o país receptor, como uma grande questão política, ainda bem pouco conhecida.

## Notas

1 A presente reflexão é parte do sub-projeto Famílias luso-africanas em Portugal que compõe o Projeto Integrado Portugueses em São Paulo, Africanos em Portugal: representações e vivências familiares (século XX), do NAP-CERU e que conta com o apoio do CNPq. Cabe alertar que aqui não se apresentam resultados, posto que a pesquisa está apenas começando, daí ser seu conteúdo uma reflexão sobre o tema.

2 A União Européia - UE - constitui-se como parte da unificação de países europeus no interior de um bloco econômico, social e político que a partir de 1992 substituiu a Comunidade Econômica Européia - CEE - e Comunidade Européia - CE.

## Bibliografia

CORREIA, Virgílio. Da compreensão dos resultados escolares das crianças cabo-verdianas. In: SIMÕES, Cristina. et. alli. (org.) Documentos do Encontro A Comunidade Africana em Portugal. Lisboa, Edições Colibri, 1992

CUNHA, Manoela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA. CEDEC, vol. 1, nº. 01, São Paulo, 1979

GARCIA, Sylvia Gomeginani. Cultura, dominação e sujeitos sociais. TEMPO SOCIAL - Revista de Sociologia da USP. Vol. 08, nº. 02, São Paulo, Outubro de 1996 (pp. 159-176)

- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Terra de Pretos, Terra de Mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1995/96
- IANNI, Octávio. A utopia camponesa. IX Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1985 (mimeo)
- LOBO, Eulália M. Lahnaeyer. Portugueses em Brasil en el siglo XX. Madri, Editorial Mapfre, 1994
- MACHADO, Luís Fernando. Etnicidade em Portugal: contrastes e politização. In: SOCIOLOGIA - Problemas e Práticas. Lisboa, (12), 1992
- SOCIOLOGIA - Problemas e Práticas. Lisboa, (24), 1997
- Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 03. Lisboa, 1994 (mimeo)
- Contornos e especificidade da imigração em Portugal. In: MENDES, Fátima de S. Imigração e identidade feminina. Série Iniciação Científica, nº. 02. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1994
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Editora Pioneira, 1976
- PAIS, José Machado. Paradigmas Sociológicos na análise da vida quotidiana. ANÁLISE SOCIAL, 22 (90): 7-57, 1986
- O Fado e a Identidade Luso-Afro-Brasileira. IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1996 (mimeo)
- SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 7. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Setembro, 1995 (mimeo)
- Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade. Porto, Edições Afrontamento, 1994
- TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal - uma presença silenciosa. Lisboa, Editorial Caminho, 1988
- VALENTE, Ana Lúcia F. Em terreno escorregadio: educação intercultural na capital da União Européia - Ensaio de Antropologia da Educação. 1997 (mimeo)
- Para além do multinacionalismo: a educação intercultural na Europa. 1997 (mimeo)

Neusa Maria Mendes de Gusmão  
UNICAMP/NAP-CERU/USP

XXI Encontro Anual da ANPOCS